

# Mercado Popular será licitado em agosto

Fotos: Tony Winston

Comerciantes, moradores e representantes de entidades que ocupam áreas nos boxes do Mercado Popular — localizado nas quadras 707/907; 709/909 e 712/912—Sul — estiveram na noite de terça-feira com o presidente da Terracap, José Roberto Bassul, e conseguiram prorrogar para o próximo dia 31 de agosto o prazo para que seja aberta uma licitação pública que regularize a situação dos ocupantes de cerca de 90 boxes.

Em 30 de março último, os ocupantes dos boxes receberam uma notificação da Terracap informando que, a partir daquela data, eles teriam 30 dias para desocupar o local, sob risco de responderem uma ação judicial por ocupação ilegal de área pública. “As pessoas ficaram apavoradas, pois muitas delas ocupam os boxes há cerca de 25 anos”, conta o deputado distrital Manoelzinho de Andrade (PP), o Manoelzinho, que marcou a audiência com Bassul e propôs a data de 31 de agosto.

Segundo o presidente da Terracap, a proposta da empresa é retomar a destinação original do Mercado Popular — vender produtos alimentícios em pequenos estabelecimentos, atendendo a comunidade

vizinha ao local. “Acontece”, raciocina o deputado Manoelzinho, “que os pequenos mercadinhos de antigamente não podem, hoje, concorrer com o poder de fogo dos supermercados”. Outro ponto citado pelo presidente da Terracap diz respeito à necessidade de licitação para ocupação de área pública, como estabelece a lei 8.666. “Tudo depende de licitação, depois da 8.666, seja venda, arrendamento ou qualquer outro ajuste contratual”.

No encontro da noite de anteontem ficou decidido que o edital de convocação da licitação vai procurar encaixar pré-qualidades que possam, de alguma forma, beneficiar as pessoas que já ocupam os boxes do Mercado Popular. “Podemos pensar no quesito tempo de ocupação, por exemplo”, citou Bassul, explicando que a intenção da Terracap não é prejudicar os atuais ocupantes ou permitir manobras de especuladores imobiliários.

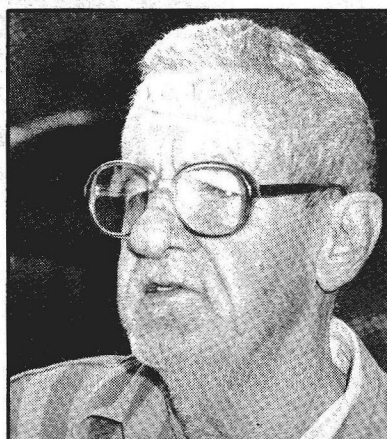
“O fato é que não temos como fugir da licitação”, resumiu Bassul às cerca de 40 pessoas que o deputado Manoelzinho levou à audiência. Na opinião do deputado, a prorrogação do prazo é um indicativo de que a Terracap “realmente está disposta ao diálogo”.

## Os antigos divergem de opinião

Os moradores mais antigos das entrequadras 707/907 Sul têm opiniões bem diferentes sobre a saída para o mercado. Rubens Henrique da Costa, de 80 anos, mora em frente ao antigo Mercado Popular desde 1960. Na sua opinião o tipo de comércio que o GDF quer implantar não teria mais freguesia suficiente para mantê-lo. “Mas quando tudo começou era muito bom, pois não tínhamos onde recorrer, a não ser ao próprio Mercadinho, que vendia desde frutas até carne”, disse.

E já dona Ruth de Almeida, que, também assistiu a inauguração do Mercadinho, em 1962, acha que as ocupações irregulares devem acabar mesmo, principalmente por causa da desorganização. “Aí tem maloqueiro e tudo mais”, reclama.

Dona Amélia Dias, que vive em frente ao Mercado há 35 anos, não teve reação muito diferente de Dona Ruth ao ser indagada sobre o atual comércio, mas ponderou: “Não quero ser contra, porque os



Rubens diz que não há demanda

comerciantes podem não gostar e criar caso com a gente.

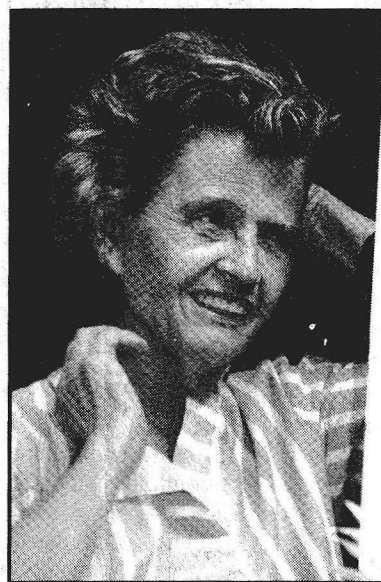
Em nota divulgada à imprensa, a Terracap informou que a recuperação dos prédios, “todos em péssimo estado de conservação”, será feita de acordo com cláusulas preestabelecidas para a licitação que selecionará os novos usuários. A nota diz ainda que “a iniciativa da Terracap vai beneficiar toda a comunidade do local.



Inicialmente, os boxes eram destinados a produtos hortifrutigranjeiros. Com os anos, o mercado foi se diversificando



Amélia, há 35 anos no local



Ruth contra irregularidades



Enio aprovou o adiamento

## Ocupantes acompanharão processo

Os ocupantes dos 90 boxes do Mercado Popular decidiram formar uma comissão para acompanhar de perto a redação do edital de licitação que será elaborado pela Terracap. Conforme ficou acertado na reunião, eles também poderão entrar com sugestões junto aos técnicos da Terracap.

De acordo com Liney Oliveira, dona do Barcaseiro e uma das cabeças do movimento, a maioria dos comerciantes do Mercado Popular começou negociando com produtos hortifrutigranjeiros, mas foram mu-

dando de ramo com o passar do tempo. “Meu FGTS e PIS foram aplicados no bar. Chegamos a pedir alvará e não conseguimos, mas queremos ainda a regularização”, conta Liney.

O pessoal do Mercado Popular foi informado por um funcionário da Secretaria de Agricultura que no órgão já existe um processo, datado de 1983, onde a Fundação Zoobotânica solicita a desocupação do local. Mas, como o então chefe do Serviço de Economia Rural da Se-

cretaria, José Maurício Soares de Rezende, teria dado parecer contrário à solicitação, o processo nº 020/83 foi arquivado.

Um dos trechos do parecer emitido pelo ex-chefe do Serviço de Economia Rural dizia o seguinte: “Não possuímos elementos que possam caracterizar o domínio dos imóveis, pois fogem da nossa alçada”. O presidente da Terracap, José Roberto Bassul, argumenta, contudo, que a questão agora é única e simples — a existência da Lei nº 8.666.